

CRISE DOS MERCADOS

Frear importações apenas não é mais solução

José Roberto Mendonça de Barros não vê possibilidade na criação de barreiras adicionais

ISABEL DIAS DE AGUIAR

O secretário da Câmara de Comércio Exterior (Camex), José Roberto Mendonça de Barros, não vê possibilidade de o Brasil vir a criar barreiras adicionais para as importações, mesmo diante do desequilíbrio da balança comercial e da necessidade premente de dólares. Para ele, é preciso encontrar soluções criativas, por meio de fórmulas intermediárias que evitem o encarcamento do mercado brasileiro e ao mesmo tempo mantenha a abertura para garantir a livre mercado e a competição com indústria brasileira.

O aparente desperdício de divisas com compras externas de produtos supérfluos tem se mostrado útil para o País, afirma Mendonça de Barros. Na prática, a importação de alface, molho de tomate e macarrão de grão duro revelou-se uma valiosa porta de entrada para investidores estrangeiros, que descobrem, com a aceitação de seus produtos pelo consumidor, o mercado interno brasileiro.

Mendonça de Barros não concorda com os argumentos de alguns empresários, que defendem a aceleração das exportações a qualquer custo. Esses empresários cobram do governo incentivos fiscais, nos mesmos moldes dos concedidos na década de 70, para poder competir no mercado externo. Durante o regime militar, os exportadores foram dispensados do recolhimento de tributos, incluindo Imposto de Renda, mediante o compromisso de exportar parte de sua produção.

Para o secretário da Camex, a receita não se aplica mais ao País. Existem alternativas eficientes pa-

ra estimular as exportações sem que isso implique renúncia fiscal expressiva. Uma delas, na sua opinião, é o acordo entre o governo e a indústria automobilística, que incorpora algumas qualidades do antigo Beflex sem, no entanto, comprometer receitas futuras, como aconteceu com o antigo programa de exportação. O acordo automotivo, acredita Mendonça de Barros, ao menos contribuiu para trazer algumas importantes e modernas fábricas de automóveis para o País.

A seguir alguns trechos da entrevista concedida ao Estado por Mendonça de Barros:

Estado: Por que o modelo exportador adotado nos anos 70, não se aplica mais ao País?

José Roberto Mendonça de Barros: Não temos folga fiscal para conceder incentivos tão expressivos. É evidente que, com estímulos fiscais, as exportações crescem. Como diz um técnico do Ministério da Fazenda, "dependendo da vitamina, até tijolo voa". Mas o custo é elevado e o resultado pode não ser tão compensador.

**SUPÉRFUOS
ABRIRAM
ESPAÇO PARA
INVESTIMENTOS**

Estado: Mas o governo firmou recentemente acordo com as indústrias automobilísticas que implicam renúncia fiscal. Esse tipo de acordo também não é bom para o Brasil?

Mendonça de Barros: O acordo automotivo reúne qualidades do antigo modelo exportador, mas tem o mérito de trazer indústrias de classe mundial para o País. É preciso criar alternativas que melhorem a competitividade do produto brasileiro sem comprometer a receita tributária.

Estado: Alguns empresários acusam o governo de ter criado a gaveta eletrônica, referindo-se à antiga prática de conter importações por meio de controle administrativo. Esse é mesmo o



En Forroirada

Mendonça de Barros: O acordo automotivo contribuiu para trazer novas e modernas indústrias ao País.

propósito do governo ao instituir regras tão rígidas para a importação de bens?

Mendonça de Barros: Não está nos planos do governo restabelecer controle administrativo de importações. O projeto é manter o mercado aberto, mas sob contínua vigilância. Não se deve permitir a prática de dumping, nem de outras práticas que tornem a concorrência desleal. A economia deve manter-se aberta e competitiva no mercado mundial.

Estado: Em um período de escassez de divisas, não seria razoável limitar importações, em especial de supérfluos?

Mendonça de Barros: Estou convencido que a criação de barreiras adicionais às importações, de forma generalizada, seria o mesmo que dar um tiro no pé. Como a economia brasileira é aberta, a limitação ou o encarecimento das importações atingiria a todo o sistema produtivo. Sobre os supérfluos, ficou provado que representam uma porta de entrada

para novos investimentos no País. Aconteceu com a Bonduelle, a empresa francesa que exporta verduras e legumes para o Brasil nas chamadas embalagens inteligentes (que impedem a deterioração rápida dos vegetais). Com a venda de seus produtos ao mercado interno, a empresa descobriu a dimensão do mercado brasileiro e já planeja instalar uma filial para embalar vegetais no País

Estado: Os empresários afirmam que a concorrência exercida pelos produ-

tos importados no mercado doméstico dificulta a sobrevivência da indústria local. O produto estrangeiro chega ao País mais barato porque foi financiado a juros internacionais, por prazo de até um ano e, ainda, subfaturado.

Mendonça de Barros: A políti-

ca de comércio exterior deve ser equilibrada. Não se pode admitir o chamado importabando. É preciso criar novos instrumentos de controle para dar espaço à produção nacional.

Estado: Qual é a fórmula para evitar as fraudes e as importações subfaturadas?

Mendonça de Barros: Estamos ainda numa fase de aprendizado. Devemos adotar métodos de controle que não impeçam a entrada dos produtos no País e ao mesmo

tempo que não criem dificuldades para a indústria local. Buscamos um ponto de equilíbrio entre a volta ao passado e a traquinagem. Não podemos dar ouvidos aos saudosistas, que defendem o fechamento do mercado. A abertura predatória também precisa ser combatida.

**RENÚNCIA
FISCAL NÃO É
SAÍDA PARA
EXPORTAÇÕES**